


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA
Processo Digital nº: **1001275-54.2017.8.26.0233 - Controle nº: 2017/004487.**Classe - Assunto **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**Requerente: **Kethellen Marineide Batista**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Eduardo Cebrian Araújo Reis

Vistos.

Kethellen Marineide Batista requereu a expedição de alvará objetivando o levantamento de resíduos de benefício previdenciário recebido por **Francisco Xavier Campos**, falecido no dia 23 de agosto de 2016, conforme certidão de óbito de fls. 06.

O(a) Digno(a) Representante do Ministério Público afirmou que os interesses em discussão não justificam sua intervenção (fls. 16).

Foi apresentada certidão de inexistência de dependentes cadastrados junto ao INSS (fls. 22), bem como as certidões negativas de débitos municipais, estaduais e federais em nome do falecido (fls. 19/22).

Esse é o relatório.**Decido.**O pedido é **procedente**.

O artigo 112, da Lei nº 8.213/91, disciplina que o pagamento dos valores não recebidos em vida pelo segurado será pago aos dependentes habilitados ou, na falta deles, aos sucessores, independentemente de inventário ou arrolamento.

Os elementos de convicção carreados aos autos me permitem concluir que não existe óbice ao acolhimento do pedido, uma vez que não há dependentes habilitados à pensão por morte e o pedido foi formulado pela única herdeira do falecido.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido e **DEFIRO** a expedição de alvará judicial conforme requerido, **com prazo de 30 dias**. Por consequência, **JULGO EXTINTO** o presente feito, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Registro que o(s) beneficiário(s) do alvará ficará(ão) responsável(is) por eventuais dívidas do espólio até o limite do valor do objeto deste pedido.

Não são devidas custas em razão da gratuidade processual.

Com o trânsito em julgado, expeça-se o alvará.

Desde já registro que, na hipótese dos autos, o deferimento do pedido independe de prévio procedimento de apuração de ITCMD.

Oportunamente, expeça certidão de honorários e arquive os autos.

P..I.

Ibate, 12 de janeiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**